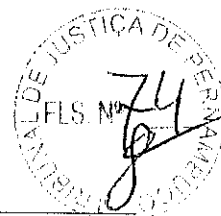




**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



**DESAFORAMENTO Nº 0184880-0**

**COMARCA:** Vara Única de Bodocó  
**REQUERENTE:** Francisca Alves de Souza  
**REQUERIDO:** Álvaro Neilson Bezerra Cardoso  
**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**REVISORA:** Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
**PROCURADORA:** Maria Francisca de Mendonça e Silva

054

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. DESAFORAMENTO REQUERIDO PELA ASSISTENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DÚVIDAS QUANTO À IMPARCIALIDADE DOS JURADOS. OCORRÊNCIA.

I – Restou demonstrada a influência política da família do acusado na Comarca de Bodocó, além de existir apuração sobre suposta coação no curso do processo contra o Representante da Assistente de Acusação.

II - Presente fundado receio quanto à imparcialidade do Júri, defere-se o desaforamento nos termos do art. 427 do CPP.

III – Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente pedido de **DESAFORAMENTO nº 0184880-0**, no qual figuram as partes retronominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em dar provimento** ao pedido, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 21 de Janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
Terceira Câmara Criminal

66  
X

**DESAFORAMENTO Nº 0184880-0**

**COMARCA:** Vara Única de Bodocó  
**REQUERENTE:** Francisca Alves de Souza  
**REQUERIDO:** Álvaro Neilson Bezerra Cardoso  
**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**REVISORA:** Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
**PROCURADORA:** Maria Francisca de Mendonça e Silva

055

**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de **desaforamento** (fls. 04/07) nos autos da ação penal nº 408.2007.000001-8 requerido por **FRANCISCA ALVES DE SOUZA**, assistente do **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, alegando em seu arrazoadado interesse da ordem pública com fundamento na existência de dúvidas quanto à imparcialidade do júri, pleiteando ainda nos termos do art. 427 do CPP o desaforamento do seu julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de **Bodocó** para a Comarca do **Recife – PE**.

O Ministério Público de 1º Grau se posicionou favorável ao pedido, aduzindo que a família do Acusado exerce influência política e econômica o suficiente para tornar temerária a imparcialidade dos juízes leigos (fls. 12).

Exercendo o contraditório, a Defesa do Requerido, inicialmente, alegou a insubsistência das razões do pedido de desaforamento, pugnado, por conseguinte, pelo seu indeferimento (fls. 24/32). Em petição autônoma, aquiesceu com o pedido, requerendo o deslocamento do julgamento para a Comarca de Ouricuri (fls. 63).

O Juiz da Vara Única da Comarca de Bodocó prestou informações às fls. 45/47, aduzindo existir a necessidade de desafogar o júri por razões de interesse público fundado em dúvidas quanto à imparcialidade dos jurados.

A Procuradora de Justiça, Dra. Maria Francisca de Mendonça e Silva ofertou Parecer (fls. 159/160) opinando pelo deferimento do desaforamento por entender "que o julgamento do pronunciado Álvaro



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

056

67

*Neilson Bezerra Cardoso compromete o julgamento dos Jurados, tornando perigoso que integrantes do Conselho de Sentença venham a decidir contrário aos ditames da lei" (fls. 264).*

É o relatório.

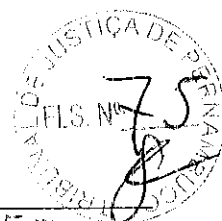
À douta Revisão.

Recife/PE, 10 de 12 de 2009.

*Nivaldo Mulatinho Filho*  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
Terceira Câmara Criminal



057

**DESAFORAMENTO Nº 0184880-0**

**COMARCA:** Vara Única de Bodocó  
**REQUERENTE:** Francisca Alves de Souza  
**REQUERIDO:** Álvaro Neilson Bezerra Cardoso  
**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**REVISORA:** Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
**PROCURADORA:** Maria Francisca de Mendonça e Silva

**VOTO DO RELATOR**

**FRANCISCA ALVES DE SOUZA**, assistente do **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO** formulou pedido de **desaforamento** (fls. 04/07) nos autos da ação penal nº 408.2007.000001-8, alegando em seu arrazoadado interesse da ordem pública com fundamento na existência de dúvidas quanto à imparcialidade do júri, pleiteando ainda, nos termos do art. 427 do CPP, o desaforamento do seu julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de **Bodocó** para a Comarca do **Recife – PE**.

Não foram acostadas, ao presente pedido de desaforamento, cópias da Denúncia ou da Pronúncia, pelo que não se conhecem as circunstâncias do crime. Entretanto, informa a Requerente que **ALVARO NEILSON BEZERRA CARDOSO** foi pronunciado nos termos do art. 121, § 2º, II e IV<sup>1</sup> do Código Penal, c/c art. 1º da Lei 8.072/90 acusado de ter assassinado **ARIANDERSON ALVES DE SOUZA** (fls. 04).

Argumenta a Requerente que o Pronunciado é membro de uma tradicional e influente família de Bodocó, inclusive com um tio que já foi prefeito daquela urbe, gozando de um forte poder político e econômico. Destaca que consta dos autos que o Requerido responde a outros processos criminais naquele município e no Estado do Piauí, o que

<sup>1</sup> Art. 121. Matar alguém:

§ 2º Se o homicídio é cometido:

II – por motivo fútil;

IV – à traição, de emboscada ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Pena – reclusão de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



058

demonstra sua periculosidade. Esses fatos interfeririam na decisão dos jurados, que poderiam se sentir atemorizados ou intimidados.

Acrescenta a Assistente do Ministério Público que o seu Representante, o Advogado MARCOS TIMÓTEO TORRES E SILVA foi intimidado, após uma audiência de instrução no processo originário (ação penal nº 408.2007.000001-8), por um primo do Requerido, de nome JORGE FURTADO LEITE FILHO, que teria interceptado seu veículo na saída da cidade, e lhe feito graves ameaças, ocasionando o Boletim de Ocorrência nº 042, objeto da apuração do TCO nº 408.2008.000227-7, por infração ao Art. 344 do CP (coação no curso do processo).

Por fim, pugna pelo desaforamento do Tribunal do Júri da Comarca de Bodocó para a Comarca da Capital, ao argumento de que em qualquer outra cidade do Sertão a realização da Sessão do Júri significaria a permanência de dúvida quanto à imparcialidade dos jurados, haja vista a forte influência das famílias BEZERRA/CARDOSO na Região.

Para a Defesa, o pedido de desaforamento não tem subsistência, pois, o fato do Representante da Assistente do Ministério Público ter sido supostamente ameaçado pelo primo do acusado não pode ser considerado em prejuízo do mesmo, haja vista que a responsabilidade criminal é pessoal e intransferível, de modo que não é possível o deslocamento do julgamento para outra cidade por este fundamento (fls. 24/32).

Nega que a família do Requerido possa exercer alguma influência sobre os jurados, afirmando que o tio do acusado de nome JOSÉ BEZERRA LUNA foi Prefeito do Município em 1983, portanto, há mais de 25 (vinte e cinco) anos e que seu Vice-Prefeito foi o Sr. ARCELINO LEANDRO HORAS, exatamente o avô da vítima ARIANDERSON ALVES DE SOUZA, o qual teria continuado na política, tendo ainda os seus familiares ocupado cargos eletivos mais atuais. Na oportunidade, anexou certidões eleitorais de fls. 33/34 e 44.

Embora tenha inicialmente pugnado pelo indeferimento do pedido de desaforamento do Júri formulado pela Assistente do *Parquet*, a Defesa do Pronunciado, em petição autônoma (fls. 63), passa a requerer o deslocamento do julgamento para a Comarca de Ouricuri, protestando pela oitiva da parte contrária e do Ministério Público.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



059

Passo a analisar o pedido de desaforamento, que merece a acolhida.

De acordo com o art. 427 do CPP, o desaforamento poderá ser realizado sempre que houver interesse da ordem pública, comprometimento da imparcialidade dos jurados ou dúvida sobre a segurança do acusado.

A garantia da imparcialidade do julgamento é princípio basilar do Estado Democrático de Direito, de modo que havendo dúvidas quanto à imparcialidade dos jurados, deve ser alterada a regra de competência prevista no art. 70 do CPP e deslocado o Júri para a Comarca mais próxima onde tenha cessado a causa determinante do desaforamento.

No caso presente, verifico que todas as partes interessadas são favoráveis ao desaforamento do Tribunal do Júri da Comarca de Bodocó. O pedido foi formulado pela Assistência do *Parquet* e o Pronunciado anuiu com o deslocamento do julgamento (fls. 63). Acrescente-se que tanto o Juiz Presidente quanto o Representante do Ministério Público reconheceram a necessidade de desaforar o Júri, em razão do interesse público, com fundamento na imparcialidade dos jurados.

O Promotor de Justiça se posicionou no sentido de que restou comprovado que o acusado pertence a uma família influente da cidade de Bodocó e que o tio do acusado, ex-prefeito da referida cidade, goza de bastante poder político e econômico. Ressaltou ainda que *"a economia de Bodocó depende muito da administração local (população com 33.381 habitantes – dados do IBGE), fazendo com que as pessoas tomem partido por uma ou por outra corrente política, situação que influencia, como é notório, diretamente na contratação para os chamados cargos comissionados"* (fls. 12).

Para o togado monocrático, as ameaças sofridas pelo Representante da Assistente do Ministério Público, se certificadas, por decisão judicial, como verdadeiras, na ação penal nº 408.2008.000227-7, comprometem a harmonia do funcionamento da Corte Popular. Destaco as informações prestadas como elemento capaz de demonstrar a necessidade do desaforamento, *in verbis* (fls.46):

*"Também não se diga que os pedidos de desaforamento devem ser analisados à luz tão somente do interesse individual do acusado, que por isso não pode arcar com consequências*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



060

*decorrentes de atitudes de terceiros, pois o que move aqui a pretensão de deslocamento da competência é o interesse público, sustentado em fundada dúvida sobre a imparcialidade do júri, considerando a circunstância processual acima referida, que causou efetiva repercussão na comunidade local, visto que fato semelhante ao supostamente ocorrido no dia 25.03.2008, em apuração no feito nº 408.2008.000277-7, não se tem notícia na história recente desta pacata comarca do Sertão”.*

Assim, verifico que há, no presente caso, fundado receio quanto à isenção dos juízes leigos.

Como bem pontuou o Ministério Público de 1º Grau, a família do acusado exerce notória influência política na cidade de Bodocó, onde a população é economicamente dependente da Administração local, principalmente, quanto ao preenchimento dos cargos comissionados, fato esse que interfere diretamente no ânimo dos jurados. Além disso, tem-se em apuração uma possível coação no curso do processo ao Representante da Assistente de Acusação por parte de um parente do réu (ação penal nº 408.2008.000277-7), evidenciando ser temerário o julgamento, caso realizado na cidade de Bodocó, em face ainda da própria estrutura da Comarca, que é de 1ª Entrância.

Trago à colação jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a real influência política da família do réu é motivo suficiente para o desaforamento do julgamento:

**HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI.  
TEMOR MOTIVADO QUANTO À  
IMPARCIALIDADE DO CORPO DE JURADOS  
EM RAZÃO DA INFLUÊNCIA POLÍTICA DO  
PACIENTE NA MUNICIPALIDADE.  
PRECEDENTES DO STJ.**

1. O desaforamento do Tribunal do Júri não se constitui em violação ao princípio do juízo natural, nem se trata de tribunal de exceção. Trata-se, tão-



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



061

somente, como garantia à isenção e imparcialidade do julgamento.

2. Restou evidenciado, na hipótese, que a possibilidade de que, se mantido o júri na comarca do fato, o convencimento dos jurados não se formaria de modo livre e consciente, em razão da demonstrada influência política do paciente, afastando-se a lisura do veredicto a ser prolatado.

3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

4. Ordem denegada. (HC 51.825/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 14/06/2007, DJ 06/08/2007 p. 552).

No caso, a discussão do presente Desaforamento tem como base o local para onde o julgamento deve ser desafortado. A Assistente do *Parquet* requer o deslocamento do Júri para a Capital ao argumento de que em outra cidade do Sertão persistiriam duvidas quanto à imparcialidade dos jurados em razão da forte influência das famílias BEZERRA/CARDOSO na Região. E a Defesa, por sua vez, requer o desaforamento para a Comarca de Ouricuri, que é a mais próxima da Comarca de Bodocó.

Tanto o antigo art. 424 do CPP quanto o atual art. 427, em vigor desde agosto de 2008, impõe o desaforamento para uma **Comarca próxima**. O art. 424 falava em "*comarca ou termo próximo*", e o vigente art. 427 pronuncia-se por "*comarca da mesma região*". Mas, não estamos diante de normas processuais estanques e absolutas. Como bem assinalou LUIZ FLÁVIO GOMES, dependendo das circunstâncias do caso concreto, o Tribunal poderá autorizar o desaforamento para Comarca mais distante, ou até mesmo para a Capital do Estado.

No caso concreto presente, fica claro que o pedido está amplamente fundamentado quanto à necessidade do desaforamento, justificando-se, inclusive, a inconveniência de que o julgamento se realize nas Comarcas mais próximas do distrito da culpa, ou seja, a Comarca de Bodocó.

Assim, importa que o julgamento seja deslocado para a **comarca mais próxima, em que não persista o motivo determinante para a alteração da competência**.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



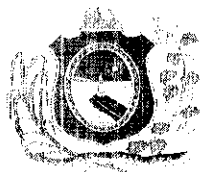
062

Isso posto, **defiro** o pedido de desaforamento e, via de consequência, desloco o julgamento do réu ALVARO NEILSON BEZERRA CARDOSO, pelo Tribunal do Júri, do distrito de culpa, para a **Comarca de Petrolina**, que é a mais próxima – dista aproximadamente 220 km de Bodocó – entre as mais bem estruturadas, pois é de 2ª Entrância.

É como voto.

Recife/PE, 27 de janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO Nº: 0184880-0**

**COMARCA** : Bodocó – Vara única  
**REQUERENTES** : Francisca Alves de Souza e OUTRO  
**REQUERIDO** : Álvaro Neilson Bezerra Cardoso  
**RELATOR** : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho  
**REVISORA** : Des.<sup>a</sup> Alderita Ramos de Oliveira

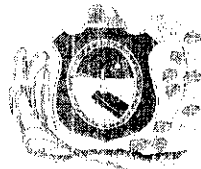
### **VOTO DE REVISÃO**

**Francisca Alves de Souza**, na qualidade de Assistente do Ministério Público, através do defensor constituído Marcos Timóteo Torres e Silva, formulou pedido de desaforamento (fls. 02/07) nos autos do processo-crime nº 408.2007.0001-8, a que responde **Álvaro Neilson Bezerra Cardoso**, alegando a parcialidade do Conselho de Sentença que participará do julgamento, tendo em vista a notória influência da família do acusado no município de Bodocó, que tem como tio um ex-prefeito com bastante poder político e econômico na cidade.

Aduz, ainda que o acusado responde a outros processos criminais naquele município e no Estado do Piauí, vislumbrando ser pessoa de alta periculosidade, e que o crime causou grave comoção social na Comarca e nas cidades da região, tendo o réu se evadido do distrito da culpa somente sendo capturado meses após, e finalmente que um primo do pronunciado, de nome Jorge Furtado Leite Filho procurou coagir o advogado de assistência do Ministério Público.

O representante do Ministério Público atuante na Comarca declarou concordar com o pedido de desaforamento, por se tratar de medida necessária à garantia da imparcialidade do Tribunal do Júri (fls. 12).

Alega, a defesa do acusado Álvaro Neilson Bezerra Cardoso, às fls.24/32, que o pedido de desaforamento do julgamento não tem nenhum fundamento, retardando o julgamento do acusado, o

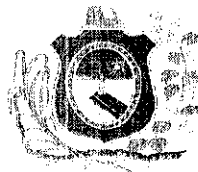


**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

que implica em constrangimento ilegal tornando desvaliosa a sua prisão, invocando que não haja efeito suspensivo do julgamento, pugnando contra o pedido de adiamento da sessão de julgamento. Posteriormente, em petição acostada às fls.63, aquiescendo com o pedido de desaforamento, pugna pelo deslocamento do julgamento para a Comarca de Ouricuri.

Instada a se manifestar sobre o pedido ministerial, o Juiz de Direito da Comarca de Bodocó, aquiesceu com o desaforamento, ao afirmar (fls. 45/47):

*"(...) É que, se não bastasse o natural abalo social que crime desta espécie causam no seio das pequenas comunidades (como a de Bodocó), ao término da caduca audiência para oitiva de testemunha da denúncia, em 25.03.2008, após deixar o prédio do fórum local, o advogado da assistência de acusação, segundo relata o boletim de ocorrência de fls.260/265, foi supostamente perseguido e ameaçado por um familiar do denunciado, sendo que tal atitude de intimidação, segundo apuração policial, guardava íntima relação com o fato apurado nestes autos. Tal acontecimento gerou inclusive uma ação penal, que tramita nesta comarca, sob o número 408.2008.000227-7, em que o mencionado parente do acusado do acusado responde ao tipo penal descrito no art. 344 do Código Penal (Coação no curso do processo), conforme certidão também coligida a estes autos. (...) Também não se diga que os casos de desaforamento devem ser analisados à luz tão-somente do interesse individual do acusado, que por isso não pode arcar com consequências decorrentes de atitude de terceiros, pois o que move aqui a pretensão de deslocamento de competência é o interesse público, sustentado em fundada dúvida sobre a imparcialidade do júri, considerando a circunstância processual acima referida, que causou efetiva repercussão na comunidade local, visto que semelhante ao supostamente ocorrido no dia 25.03.2008, em apuração no feito n.º*



665

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*408.2008.000227-7, não se tem notícia na história recente desta pacata cidade do Sertão. (...)”.*

Vê-se, pois, que existem sérias dúvidas sobre a imparcialidade do corpo de jurados, afeiçoando-se a espécie à hipótese prevista no art. 424<sup>1</sup>, do Código de Processo Penal, o que reclama a modificação excepcional da competência territorial em comento, principalmente quando o pedido guarda harmonia com as informações prestadas pelo juízo de origem (fls. 45/47), como destacado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

*“(...) V. A manifestação do Juiz singular é de extrema importância no deslinde do desaforamento, pois, por estar inserido na comunidade onde ocorreu o crime, é capaz de averiguar, com maior precisão, o sentimento social que circunda o caso. Precedente. (...)”.* (HC 34.819/GO, Relator Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, julgado em 10.08.2004 e publicado no DJ de 06.09.2004, p. 281).

Ante o expendido, e em consonância com parecer da douta Procuradoria de Justiça, defiro o pedido de desaforamento para deslocar o julgamento do acusado Álvaro Neison Bezerra Cardoso, do distrito da culpa para a Comarca de Petrolina, que é a mais próxima e melhor estruturada da região.

Recife, 27 de Janeiro de 2010 .

**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira – Revisora**

<sup>1</sup> Art. 424 - Se o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou sobre a segurança pessoal do réu, o Tribunal de Apelação, a requerimento de qualquer das partes ou mediante representação do juiz, e ouvido sempre o procurador-geral, poderá desaforar o julgamento para comarca ou termo próximo, onde não subsistam aqueles motivos, após informação do juiz, se a medida não tiver sido solicitada, de ofício, por ele próprio.